

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1673295 - PR (2017/0118220-9)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO : WAMBIER, YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO
ADVOCACIA
AGRAVADO : CLESO LOPES NOGUEIRA FILHO
ADVOGADOS : ARNO VALÉRIO FERRARI - PR033830
LUCIANDRA MONTEIRO FERRARI - PR045893

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONDIÇÕES DA AÇÃO. RESCISÃO. DECADÊNCIA. SÚMULAS NºS 283 E 284/STF. ENRIQUECIMENTO INDEVIDO. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Na hipótese, o tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não havendo falar em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.
3. No tocante às condições da ação, o tribunal local afirmou que essas questões foram decididas na sentença que julgou a primeira fase da ação de prestação de contas, tendo o recorrente decaído do direito de pleitear a rescisão, fundamento a respeito do qual não foi apontado dispositivo legal capaz de ensejar sua modificação, o que atrai a incidência das Súmulas nºs 283 e 284/STF.
4. Alterar as conclusões da Corte local, que entendeu que a pretensão do recorrente é discutir os valores apurados pela perícia elaborada na liquidação de sentença em andamento, procedimento inviável na ação rescisória, encontra o óbice da Súmula nº 7/STJ.
5. No que se refere à divergência jurisprudencial, a falta de indicação do dispositivo legal a respeito do qual haveria divergência de interpretação obsta o conhecimento do recurso. Além disso, o dissídio requisita comprovação e demonstração, não se mostrando suficiente a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.
6. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

